



Destaque Rural Nº 191

3 de Outubro de 2022

CAMPONÊS ESQUECIDO E TRAÍDO

João Mosca

1. INTRODUÇÃO

Este texto procura fundamentar na secção 2, através das opções de políticas, as estratégias de instrumentalização política, militar, económica e eleitoral da maioria dos camponeses em processos de mudanças de regime e como sustentação e reprodução do poder, criando alianças entre as elites partidárias, governativas e empresariais com os camponeses, sempre que estes sejam um grupo social necessário para o alcance desses objectivos. Posteriormente, após atingido o objectivo pretendido, segue-se a marginalização da maioria da população e, em particular, da que reside no meio rural, mantendo-a em situação de pobreza com aprofundamento das desigualdades e sem papel nos novos sistemas e regimes políticos para os quais contribuíram, fazendo sugerir a condição de grupo social esquecido e traído. Na secção 3, o autor sugere um pequeno número de medidas que, a longo prazo, possam permitir que os camponeses constituam uma classe “em si” e “para si” que, através de alianças, podem ser agentes e beneficiários de transformações políticas, incluindo de mudanças de regime. O autor faz uma referência às organizações da sociedade civil.

2. CAMPONÊS MOÇAMBICANO: ESQUECIDO E TRAÍDO

Em várias revoluções que implicaram mudanças de regime, como nas lutas anticoloniais em África, na Ásia, contra ditaduras (por exemplo, Cuba) e, em menor grau, nas revoluções socialistas da Europa (“de operários e camponeses”), os camponeses constituíram bases fundamentais de apoio de partidos de várias naturezas, políticas e ideológicas, e participaram nos exércitos antigovernamentais e, posteriormente, quando vencedores, nos exércitos nacionais.

Regra geral, esses partidos eram dirigidos por elites de várias origens: intelectuais das classes médias (pequena burguesia), operários qualificados, técnicos e parte das elites rurais que esperavam beneficiar com os novos regimes. Poucos camponeses assumiram chefias nos movimentos de libertação ou nos partidos políticos. Assim aconteceu na revolução bolchevique da Rússia, com políticas económicas repressoras contra os camponeses (e não apenas em relação aos *kulaks*¹) e nos movimentos de libertação

¹ Kulaks, palavra de origem russa que significava médios e grades agricultores. A palavra foi usada em outras línguas e em outras realidades, incluindo em Moçambique após a independência.

nacional em África. Em resumo, os camponeses foram esquecidos e traídos pelos dirigentes das “revoluções”, o que se reflectiu em políticas anti-camponeses (ou anti-pequenos produtores agrícolas) e anti-residentes pobres do meio rural.

O caso de Moçambique não é muito diferente. Os camponeses foram a base social de apoio aos guerrilheiros da luta de libertação nacional, transportavam material e mantimentos para os soldados, faziam vigias em postos avançados, do seu seio saíram os militares da Frente de Libertação Nacional (Frelimo) e até produziam um certo número de dias por semana na “machamba da Frelimo”, cuja produção era para alimentar os guerrilheiros. A direcção da Frelimo, era essencialmente constituída por elites da sociedade tradicional (régulos), assimilados urbanos muitos com funções subalternas na administração colonial, intelectuais formados em Moçambique e no exterior, alguns dos quais com relações próximas a partidos comunistas e de esquerda em alguns países. Devido a diferentes origens de classe percurso e formação política, estes grupos sociais eram muito heterogéneos face ao modo de luta para se alcançar a libertação nacional. Existiram também régulos aliados ao colonialismo, populações que não apoiaram abertamente o movimento guerrilheiro, intelectuais que discordavam das opções políticas e da estratégia militar das elites que dominavam o poder, missionários, nacionais e estrangeiros, que apoiaram ou resistiram à luta de libertação nacional. As componentes raciais e étnicas estiveram sempre presentes nas alianças de poder, independentemente da natureza de classe, e sempre que necessário, foram instrumentalizadas para a defesa e reprodução do poder.

A Frente de Libertação Nacional, que já proclamara a luta como uma revolução popular e um poder popular democrático após o II Congresso em 1968 transformou-se, no III Congresso, em 1977, em partido marxista-leninista, embora sem operários nem camponeses, e dominado por elites de origens semelhantes às acima mencionadas. A escassez de quadros moçambicanos de raça negra, levou à “utilização” de não-negros (sobretudo, brancos e indianos) que, por razões históricas, eram os que tinham tido maior acesso ao ensino e que demonstraram atitudes nacionalistas e, sobretudo, favoráveis e envolvidos no programa político revolucionário ou de esquerda que o discurso da Frelimo transmitia. Uma proporção significativa do primeiro Governo da República era assim constituída.

Depois da independência, os camponeses foram somente apoiados quando integrados nos processos de socialização do meio rural, através da sua transformação em operários agrícolas ou cooperativistas de base produtiva colectivizada, e quando integrados nas aldeias comunais. Politicamente, seria a proletarização do campesinato, considerado uma classe residual do modo de produção socialista, individualista e com propensão a pequeno-burgueses por serem proprietários de factores de produção (terra, capital - instrumentos de trabalho) e, mesmo produzindo com base no trabalho familiar, exerciam o que se designa pela auto-exploração familiar.

As iniciativas de organização da produção familiar estavam, ao princípio, excluídas. Por exemplo, a Direcção Provincial de Agricultura (DPA) de Cabo Delgado iniciou uma tentativa de organizar blocos de parcelas familiares à imagem de algumas experiências com a cultura do algodão enquanto obrigatória, apresentando as mesmas razões: a concentração facilitaria o apoio técnico, a comercialização dos excedentes, a venda de factores de produção, entre outros aspectos, sejam da responsabilidade do Estado, como as de mercado. Esta iniciativa foi duramente criticada porque, disse-se, fomentar o desenvolvimento da produção individual, cujos camponeses poderiam transformar-se em capitalistas, tal como acontecera com os *kulaks* em alguns países africanos (por exemplo na Tanzânia) e em especial na Rússia. A proposta da DPA foi considerada de reaccionária pela Assembleia Provincial, na altura presidida por Armando Guebuza. Segundo Casal (1991: 64), estas críticas surgiram também do mais alto órgão do Partido em 1978: o relatório do CPP² ao Comité Central da Frelimo (CC), na sua 4^a sessão, “chama à atenção para os ‘desvios chauvinistas dos socialismos específicos’, rejeitando a ideia de que possa existir um socialismo africano ou um socialismo moçambicano”. Em 1978, começa-se a reconhecer que a transformação do campo não evoluía de acordo com as expectativas, o que era justificado, tal como para as aldeias comunais, como resultante das dificuldades organizativas, deficiente apoio técnico, insuficiência de recursos e desvios à linha política da Frelimo.

As aldeias comunais³, tidas como uma estratégia de facilitar a prestação de serviços aos cidadãos (educação, saúde, abastecimento, água, energia, etc.)⁴, eram inspiradas nas aldeias *ujahamas* da Tanzânia e nas comunas chinesas⁵. Assim como os aldeamentos coloniais, as aldeias comunais constituíam também uma forma de controlo da população e de extensão do poder até ao nível da “base” e, durante a guerra civil, uma forma de retirar a população da influência de uma das partes em conflito⁶. Estes objectivos encontraram, na realidade, múltiplas formas de resistência e integração da população nas aldeias comunais: “no meio rural (e também nas cidades), as sociedades estão estruturadas, possuem múltiplas formas de integração e de resistência face aos factores exógenos (organização da burocracia, formas de produção, tecnologias, etc.), através de

² Comité Político Permanente, designado, depois, como *Bureau* Político e, actualmente, Comissão Política.

³ A concentração em aldeias comunais – que passou a ser compulsiva em meados dos anos 80 com o agravamento da guerra civil, Geffray. C. (1991). *A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*, Lisboa, Afrontamento.

⁴ Um Ministro do primeiro Governo da Frelimo refere que, na viagem do Rovuma ao Maputo, entre Nampula e Lichinga, Samora Machel o tenha chamado para se sentar ao seu lado no avião e começaram a olhar para a dispersão da população e como ela poderia ter acesso aos serviços naquela forma de *habitat*.

⁵ Uma das principais razões para a expulsão do Comité Central da Frelimo do primeiro Ministro da Agricultura depois da independência, foi, o de este, com base em relatórios de técnicos experientes no sector agrário, referir que seriam necessárias cautelas técnicas na construção das aldeias comunais.

⁶ “Foi somente em Março de 1984, com a aproximação da situação de guerra que, por orientações do exército, esta fracção maioritária do campesinato, que até aí tinha permanecido fora das aldeias, foi forçada a entrar nas mesmas. Foi feito um *ultimatum* às populações, fixando a data de 15 de Março. A milícia encarregou-se da operação de uma maneira por vezes radical (palhotas incendiadas). Geffray, Christian e Pedersen, Mogens (1985): *Transformação da Organização Social e do Sistema Agrário do Campesinato no Distrito de Eráti: Processo de Socialização do Campo e Diferenciação Social*. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane e Ministério da Agricultura. Mimeografado.

estratégias familiares e clônicas que procuram obter benefícios, preservando a estrutura e os mecanismos de reprodução interna, assim como as formas de organização social intra e inter clônicas e étnicas. Este princípio é aplicável às economias informais, às relações entre os poderes da burocracia (Estado, partido, etc.) e os informais (étnico, linhageiro e clânico), na integração nas cooperativas de produção e de consumo, etc.”⁷.

É sobretudo depois da liberalização económica em 1998, que os camponeses foram plenamente esquecidos e traídos. As políticas públicas após a independência e sobretudo a partir da primeira década deste século, secundarizaram, de forma cada vez mais aprofundada, os pequenos produtores e os habitantes do meio rural, prevalecendo, em contrapartida, políticas de *urban bias*⁸. Estes aspectos podem ser confirmados com a dotação orçamental para os níveis provinciais e distritais, com o baixo investimento público e privado para a agricultura como proporção do investimento total, o decrescente crédito ao sector agrário, a permanência muito baixa da produtividade de bens alimentares por hectare, com reflexo no sistemático défice da balança comercial agrícola e alimentar, o aumento do número de pobres e das desigualdades sociais, a emigração para os centros urbanos onde cresce a economia informal e de biscastes e a marginalidade, as tendências de longo prazo para a desertificação humana de vastas zonas do país⁹.

⁷ Geffray e Pedersen (1985). Ibidem.

⁸ Os subsídios aos transportes, à energia e água, o controle administrativo de bens alimentares essenciais (como o pão) e resistência em aplicar tarifas alfandegárias a bens de consumo como o trigo e o arroz prejudicando ou dificultando a produção interna, o comércio informal de produtos alimentares frescos a partir dos países vizinhos, são algumas das opções utilizadas para o controle do custo de vida nas cidades. Existem várias razões para o efeito, como, por exemplo: (1) manter o círculo vicioso na tentativa de competitividade e lucratividade da actividade privada com base em baixos salários sem inovação tecnológica; (2) manter os salários baixos na administração pública; e, finalmente, (3) o “temor” por greves e manifestações.

⁹ O Orçamento do Estado dedicado ao sector agrário e desenvolvimento rural tem sido, nos últimos 10 anos, em média, inferior a 4% do total do Orçamento do Estado. O crédito à agricultura foi, desde 2010, sempre inferior a 5% do total do crédito à economia. O investimento directo estrangeiro (IDE) na agricultura, pecuária e silvicultura, entre 2002 e 2021, foi de 3% do total do IDE e concentrou-se principalmente no algodão, tabaco, açúcar e nas florestas. Assistiu-se a uma desindustrialização, em particular da agro-indústria. O nível de investimento em investigação agrária em relação ao PIB agrário considerado ideal para obter resultados desejados na investigação e inovação agrária é de 2%, Uaiene, Rafael (2012). “Estrutura, conduta e desempenho da agricultura familiar em Moçambique”. Em *Contributos para o debate do sector agrário e o desenvolvimento rural*. Lisboa, Escolar Editora, publicação do OMR. Os mercados são distorcidos pela intervenção do Estado e da estrutura de monopólios, em favor das grandes empresas de comercialização (caju e feijão bóer), ou que actuam em regime de *out grower* (algodão, tabaco, açúcar). As instituições e as políticas públicas são instáveis no tempo, ineficazes e incoerentes. Existe uma excessiva centralização e concentração dos centros de decisão, bem como uma fraca ou inexistente organização dos diferentes tipos de produtores (excepto em alguns produtos de exportação, como, por exemplo, no açúcar e no algodão). Em 2020, por exemplo, 6,9% dos pequenos e médios agricultores receberam informação ou aconselhamento da extensão rural; 7,8% utilizaram fertilizantes; 9,1 % tinham a acesso a áreas irrigadas; 4,6% utilizaram sementes melhoradas; 4,5% prepararam a terra com tracção animal; 8,8% utilizaram estrume, Abbas, Máriam e Mosca, João (2022). *Análise ao Inquérito Agrário Integrado 2020*. OMR e dados recolhidos da pesquisa em curso sobre a transformação estrutural da agricultura em Moçambique no OMR.

Quando as prioridades e as políticas públicas, favoráveis ao agronegócio e a investimento mineiro, turístico e de outros sectores, introduzem conflitos no seio e entre as sociedades locais, a actuação das burocracias é no sentido de dividir as comunidades através de aliados locais (líderes comunitários, administração local, técnicos, etc.), a quem se distribui pequenos benefícios; quando existem resistências locais (por exemplo, na ocupação de terras ou greves de operários de fábricas e na indústria mineira), o Estado actua quase sempre em defesa do capital e, quando necessário, através de métodos repressivos violentos.

Em situações que responsáveis do poder possuem iniciativas não condizentes com opções de organização dos produtores, mesmo sem implicações de natureza política, são fortemente criticados de desvios à linha política, chauvinismos, reaccionários, entre outros adjectivos politicamente repressivos e, de alguma forma, "punitivos"¹⁰.

Em contexto democrático de partido hegemónico, a tendência de voto no meio rural é ganha pelo partido de maior implantação e estruturação no território, que possui máquina eleitoral mais sustentada com recursos e funcionários partidários e, sobretudo, que domine o Estado que distribui recursos e várias formas de benefícios às elites locais. Estas são constituídas pelos operacionais no terreno durante as campanhas eleitorais, onde, no dia da votação, não faltam a distribuição de camisetas com as cores e fotografias do partido e do candidato a Presidente, e festas/almoços no local de voto. É o que se pode designar por um voto de baixo custo.

Em resumo, pode-se afirmar:

- Os camponeses foram, e são, independentemente dos regimes políticos e dos processos de mudança e transição, instrumentalizados como base social de apoio aos poderes instituídos, seja em contexto de conflitos armados (por ambas as partes e conflito nas guerras de libertação nacional e na guerra civil), assim como suporte de modelos de desenvolvimento que, na realidade, os marginalizam (a socialização do campo e as aldeias comunais e, após a liberalização).
- As sociedades rurais são persistentemente manipuladas pelo poder político para conquista e defesa do poder, muitas vezes impondo e entrando em contradição com a organização e lideranças locais e alheias às formas de organização social intra e interclânicas (por exemplo, o caso das aldeias comunais). Esta actuação desestrutura (ou reestrutura) as hierarquias locais, os modos de vida e os sistemas de produção, e as opções impostas de cima para baixo resultam, em muitos casos, em mais pobreza e desigualdades sociais.
- O poder de Estado, capturado pelas elites político-empresariais nacionais e tendo como aliado principal o capital, opta, na maioria dos casos, pela defesa dos interesses deste, o que se verifica nos conflitos de terra, nos processos de

¹⁰ O caso acima referido do primeiro Ministro da Agricultura, tendo como motivo, o debate sobre as aldeias comunais ou ainda a "polémica" da produção e blocos em Cabo Delgado, entre muitos casos.

reassentamento, nos salários de reprodução da pobreza e que asseguram maiores lucros e competitividade às empresas¹¹.

- A Frelimo e o Estado têm-se revelado repressivos para com os seus dirigentes e quadros que sugerem ou aplicam opções organizativas diferentes daquelas que o poder define ou, simplesmente, alertam para a necessidade de cautelas na implementação de decisões.

3. O QUE FAZER?

Existe o debate teórico não conclusivo sobre se o camponês é uma classe “em si” ou “para si”¹². Relativamente às lutas camponesas, o autor deste texto parte do princípio do que Wolf (1984)¹³ revela nas suas investigações em diferentes realidades. Apreciando as lutas que estudou, conclui que os camponeses “nas sociedades complexas já imersas na comercialização e na industrialização”, não tiveram capacidade para controlar o Estado. Esta avaliação, assente em trabalho empírico, acompanha, de algum modo, a formulação de Marx sobre a incapacidade camponesa de determinar o seu próprio destino.

A história recente de Moçambique revela que a Frelimo e o Estado moçambicano, independentemente das suas ideologias ou estratégias de desenvolvimento ao longo do tempo, não toleraram a formação de forças políticas, sindicais ou mesmo formas de organização de produtores (ou de outras), que não sejam funcionais com o poder. Assim, o campesinato, suporte social principal da luta de libertação nacional, no pós-independência, apenas desenvolveu lutas por razões concretas (que o afecta directamente) e que foram, espacial e temporalmente delimitadas, podendo-se admitir que não haverá, a curto e médio prazo, mudanças significativas na relação entre o poder e os pequenos produtores/camponeses. O Estado procurará sempre, como no passado,

¹¹ Mosca, João e Selemene, Tomás (2011): *El dorado Tete: os megaprojectos de mineração*. Maputo Centro de Integridade Pública.

Bruna, Natacha e Tovela, Alberto (2022). *Mas afinal, quem é o Estado?* Renúncia de DUATs na província do Niassa e lições para a Revisão da Política Nacional de Terras. Destaques Rural Nº 182. OMR.

Bruna, Natacha (2017). *Plantações florestais e a instrumentalização do Estado em Moçambique*. Observador Rural Nº 53. OMR.

¹² “Classe em si” é considerada como uma categoria de pessoas que têm uma relação com os meios de produção (terra, equipamentos, organização produtivas, etc.); e uma “classe para si” é definida como um estrato social organizado na busca activa de seus próprios propósitos. Sínteses e transcrições a partir de <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=classe+social+em+si%2C+marx>. “Consciência de classe, para Marx e Engels, é a percepção do próprio papel de um dado estrato social no sistema produtivo, seja como produtor de riqueza, seja como proprietário dos meios de gerar riqueza. Essa percepção é construída ao longo do tempo por meio da luta de classes e envolve reconhecer a própria condição económica, identificar outros indivíduos na mesma situação, desenvolver uma gama de interesses em comum e organizar-se politicamente para viabilizar as demandas desse grupo. Para estes autores, assim como a burguesia havia desarticulado e substituído a sociedade feudal, o proletariado, por meio da luta de classes, desarticulava e substituiria a sociedade burguesa”. Em <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/consciencia-de-classe.htm>.

¹³ Wolf, Erik R. (1984). *Guerras camponesas no século XX*. Global Editora, São Paulo.

absorver, isolar ou liquidar movimentos reivindicativos ou de protesto, sobretudo quando isolados, motivados por razões pontuais e sem que haja organização.

Alcançar objectivos de mudança e em defesa dos interesses de classes só serão possíveis quando o campesinato constitua uma classe “em si” e “para si”.

Neste momento, não existem muitas alternativas que não sejam que o campesinato, ele próprio, a muito longo prazo, esteja formado e informado, possua organização enquanto cidadãos e produtores para a defesa dos seus interesses e que surjam elites a partir de baixo. Considerando que a pobreza é funcional com regimes autoritários e para a acumulação de capital¹⁴, é essencial a sua redução dessa funcionalidade através de estratégias de desenvolvimento local, a “partir de baixo”, os modelos de crescimento/desenvolvimento endógeno e de base social alargada com a configuração de cadeias de valor geradoras de acumulação e respectivo reinvestimento local.

Por outro lado, existe um crescente número de organizações da sociedade civil e de activistas, maioritariamente intelectuais, que desenvolvem trabalho de pesquisa, de formação, de debate e advocacia a vários níveis e “fóruns”, mas que são, na maioria dos casos, actuações pontuais, descoordenadas entre si, onde o foco não é a contribuição para a formação, a longo prazo, de um campesinato com consciência de classe “para si” e que seja capaz, em articulação com outras forças progressistas, de desenvolver processos de tomada do poder pela via democrática, considerando que ainda constituem a maioria da população. Como em todos os processos de mudança, revolucionários ou não, o papel das elites é fundamental e, para que os processos sejam sustentáveis a longo prazo e fiéis a si próprios, estas elites devem emergir dos grupos sociais mais desfavorecidos em alianças diversas com outras forças da sociedade.

Sem esta perspectiva de longo prazo e trabalho continuado com bases filosóficas e políticas que correspondam aos anseios e desejos dos camponeses e de outros grupos sociais dirigidos por eles próprios, os processos serão indubitavelmente traídos, como aconteceu com os movimentos de libertação em África e em muitas partes no mundo consideradas, em algum momento, de socialistas. Sem ser nestes contextos e com estas perspectivas, as actuações referidas, e outras, são funcionais e, porventura, legitimadoras do poder. Pode-se também questionar se a cooperação externa, que é, na maioria dos casos, uma das faces das relações externas dos países (interesses geoestratégicos e económicos das suas multinacionais), continuaria a financiar as organizações com visão e missão de anti-sistema.

¹⁴ Mosca, João (2022). *Capital e estado frágil: a aliança produtora da pobreza conveniente*. Destaque Rural Nº 177. OMR.